

A Cultura está em primeira marcha em Brasília: falta dinheiro. A Fundação Cultural do Distrito Federal não tem verba para realizar seus projetos, mas ainda assim produz o mínimo necessário para não parar de vez.

# Fundação: a pé e sem dinheiro

"A Fundação Cultural do Distrito Federal está se movendo com o coração. Inteiramente a pé sem dinheiro". A declaração de Luis Humberto, diretor-executivo do órgão, traduz a real situação porque passa a executora dos projetos culturais do DF. Ele garante, no entanto, que apesar da falta de verba, há muita vontade de produzir, mas que o trabalho será feito dentro das possibilidades da casa, utilizando-se unicamente dos recursos disponíveis e sem querer dar "um passo maior do que as pernas possam alcançar". Por outro lado, a comunidade artística em geral reclama da falta de "proteção" oficial para suas produções. Quer continuar ganhando cartazes, filipetas, convites, coquetéis e programas de espetáculos e, para isto, o próprio Luis Humberto garante não haver mais condições.

Ele considera que muita gente ainda está com vícios do passado, querendo que o Governo arque com todos os custos de uma produção que deveria ser desenvolvida pelo próprio artista. "Não adianta chiar, acusar. Eu afirmo neste momento que não temos nenhuma obrigação de gastar uma verba exorbitante para preencher port-fólios de artistas. Isto pode parecer duro, mas é uma realidade. A gente cria cartazes, programas, faz tudo para a divulgação de um espetáculo que muitas vezes é apresentado para uma sala vazia. Os artistas têm que entender que está em jogo o dinheiro público. Gasta-se muito para não se obter um retorno que compense o investimento e ele (o artista) fica com o cartaz para seu arquivo pessoal. Agora só vamos fornecer filipetas e quem quiser que arrume patrocínio para seu material de divulgação".

Alguns artistas plásticos da cidade, que têm exposto nas galerias da Fundação Cultural durante a gestão de Luis Humberto, se queixam de que estão sendo preteridos, que o órgão não lhes fornece mais cartazes e convites, enquanto continua financiando a divulgação de outros eventos, principalmente musicais e de teatro. Luis Humberto afirma que muitos projetos já estavam em andamento, com todo material preparado há algum tempo, mas que a partir de agora a desobrigação de fornecimento de peças promocionais atingirá a todas as linguagens artísticas.

No prédio da Fundação Cultural (anexo do Teatro Nacional), bem como em outras casas que estão sob sua coordenação (Centro de Criatividade, Museu de Arte de Brasília, Galerias A e B da 508 Sul Teatros Galpão, Galpãozinho, de Sobradinho, da Escola Parque e da Praça em Taguatinga) já é possível perceber a redução de material de divulgação produzido pelo órgão. Alguns cartazes de espetáculos são cópias xerográficas de uma produção anterior do

artista, anunciando data e horário em caneta hidrocor. No mínimo uma forma econômica e criativa de reaproveitamento de material. O projeto Cara a Cara, que se desenvolve sempre aos fins de semana, com debates entre público e artistas envolvidos em algum espetáculo, vem desde o começo aproveitando o mesmo cartaz que já caracteriza a promoção. Sobre ele são coladas as informações de data e hora do encontro.

Dentro das resoluções do diretor-executivo da Fundação Cultural, tentando diminuir o "peso" da falta de recursos financeiros, está o cancelamento de um convênio de longa data com o Defer, para apresentações artísticas no Ginásio de Esportes. Segundo Luis Humberto, as promoções nem sempre trazem um retorno positivo ao órgão. Fora o grupo Menudo, que reuniu um público de 19.893, em sua primeira apresentação, e de 7.637 na segunda; Milton Nascimento, com 12.505 espectadores; Blitz com 11.054 e o grupo Ultraje a Rigor, 9.331 pagantes, o Ginásio de Esportes já requereu toda a equipe técnica da Fundação e pessoal especializado em som e luz para shows de pouco público, como o do Lobão e seus Ronaldos, com apenas 1.779, ou de Guilherme Arantes, 2.343, este em duas apresentações.

Os números, mesmo os menores, podem parecer suficientes para cobrir os custos de uma promoção, mas segundo explicações da administração da Fundação Cultural, se gasta muito mais que o total arrecadado. Lucro mesmo só foi obtido no show dos Menudos e com a exibição da peça Oh! Calcutá que foi vista, recentemente, por 9.405 pessoas em sete apresentações.

## MANUTENÇÃO

As maiores despesas da Fundação Cultural são as relativas à manutenção e serviços básicos do órgão. O diretor do Departamento de Administração, Célio Torres, cita alguns números que dão idéia dos gastos com a cultural local. Só à Ceb (Companhia de Eletricidade de Brasília), devem ser pagos, de agosto a dezembro, quase Cr\$ 400 milhões; à Caesb, Cr\$ 18 milhões, correspondente ao período de outubro a dezembro, e Cr\$ 65 milhões à Telebrasília, pelos três últimos meses do ano. Outros contratos obrigatórios, para manutenção mínima dos prédios sob a coordenação da FPDF, exigem mais Cr\$ 160 milhões.

Além disto, anualmente é pago um seguro, que cobre o Teatro Nacional e o anexo, este ano no valor de Cr\$ 200 milhões. "É o mais barato", adverte Célio Torres. Mensalmente, ele lembra, gasta-se uma média de Cr\$ 8 milhões com serviços telefônicos e mais de Cr\$ 3 milhões com a Caesb. Há ainda os gastos com passes de ônibus, que a Fundação fornece a todos os

seus funcionários diariamente, pois estes não dispõem de transporte gratuito, apesar de serem servidores do GDF.

Ele explica que esta é uma resolução de longa data para solucionar o problema dos servidores, que trabalham em horário e local fora do alcance dos ônibus funcionais. "Fizemos os cálculos", diz Célio Torres, "e chegamos à conclusão que é mais barato fornecer passes que contratar os serviços de uma empresa de ônibus. Luis Humberto, no entanto, considera sem cabimento servidores que ganham cerca de Cr\$ 4 milhões mensais ficarem utilizando transporte gratuito e esta questão deve ser estudada por seus projetos de redução de gastos do órgão.

Segundo Célio Torres, a Fundação Cultural "acompanha o ritmo em que está o GDF". Mesmo assim, eles continuam esperando uma suplementação de verbas solicitada desde agosto ao governador José Aparecido. Foram pedidos Cr\$ 6,8 bilhões — "o mínimo exigível para a FPDF andar normalmente até dezembro", adverte Célio Torres — que incluem até a compra de instrumentos para a orquestra do Teatro Nacional. Entre maio e junho, o Departamento Administrativo calculou também que seriam necessários Cr\$ 4 bilhões para recuperação do Teatro Nacional, que registra infiltrações com vazamento nas Salas Alberto Nepomuceno e Martins Penna. Estes problemas, de acordo com ele, são prioritários.

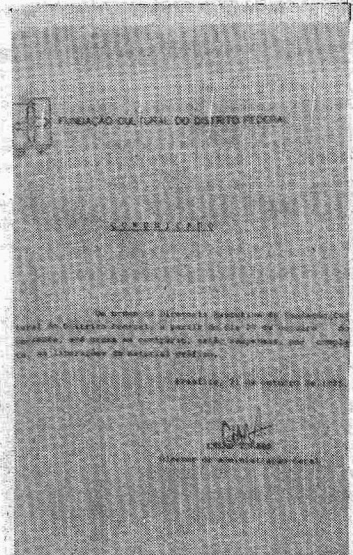
A questão financeira da Fundação Cultural já vem se estendendo desde que a nova diretoria-executiva assumiu. No final de abril deste ano, 75 por cento do orçamento do órgão já estava comprometido, segundo Célio Torres.

Luis Humberto apresentou um relatório das atividades e projetos realizados pela Fundação até outubro, contrapondo a situação do órgão em abril, quando tomou posse, com a atual. Ele destacou, entre outros pontos, a inexistência de uma política cultural bem determinada, no momento em que assumiu, e os dois-terços do orçamento que estavam comprometidos por programações da administração anterior. Mesmo assim, nestes seis meses, ele lembra que foram implantados 15 projetos e outros 23 se encontram em fase de elaboração.

Para isto, e por estar "inteiramente a pé e sem dinheiro", ele está decidido à captação de recursos financeiros junto a patrocinadores de empresas diversas. A ordem geral é produzir o melhor trabalho com o mínimo recurso exigível. "Daremos atendimento prioritário às propostas que apresentem suporte econômico e infraestrutura mínima para viabilizar a reativação de espetáculos e exposições artísticas", destaca o diretor da Fundação em seu relatório.



Célio Torres: "A Fundação acompanha o ritmo em que está o GDF"



Uma das medidas de contenção de despesas com material gráfico